

----- **ATA N.º 5/2016** -----

-----Aos 20 dias do mês de dezembro de 2016, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Ana Isabel Lucas Cabral Janelas. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta reunião os seguintes membros:** -----

-----Vera Lúcia Alves Portugal; -----

-----José Albano Pereira Marques; -----

-----João Paulo Monteiro Antunes; -----

-----João Manuel Gaspar de Andrade; -----

-----Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa; -----

-----Ana Isabel Lopes Correia; -----

-----Joaquim Lopes de Abreu; -----

-----Flávio Manuel Granjal de Sá; -----

-----Filipe Miguel Rosa Guerra; -----

-----António Carlos Reis da Fonseca Faria de Almeida; -----

-----Maria Angelina Marques Dias; -----

-----Maria Silvina Achando da Cruz Santos; -----

-----António Carlos do Nascimento Marques; -----

-----Manuel Matos Torres; -----

-----Hélder Achando Costa; -----

-----Luís Filipe Pinheiro da Costa; -----

-----António dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal; ---

-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana; -----

-----Júlio Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro; ---

-----Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro; -----

-----António Manuel Pinto Patrício, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego; -----

-----Luís Bernardo Pina Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----

-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela;-----

-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----

-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira;

-----Aires Manuel Silva Relvas, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares; -----

-----Marco Paulo de Andrade Rodrigues, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa; -----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz;-----

-----Célia Maria Cerejo Lopes dos Santos, Tesoureira da União de Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego, em substituição do Senhor José Rocha Gonçalves.-----

-----**Faltaram a esta sessão e justificaram atempadamente a sua ausência, os seguintes membros:**-----

-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----

-----Teresa Susana Ferreira Tente, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais. -----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro e os Senhores Vereadores José Luís Saúde Cabral, Manuel António de Almeida Portugal e Luís Carlos Fernandes Santos. -----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, secretariada pelos Senhores Deputados, Filipe Miguel Rosa Guerra e Flávio Manuel Granjal de Sá, na qualidade de primeiro e segundo secretários respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o município. -----

-----Começou por intervir a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia**, desejando a todos os presentes votos de Boas Festas e um próspero Ano de 2017. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente às funções do Chefe de Gabinete, nomeadamente se foi mandatado pelo executivo, para representar o Município de Celorico da Beira, nos vários eventos. -----

-----De seguida, o Senhor **Deputado António Faria** solicitou, novamente, esclarecimentos no que diz respeito ao Regulamento do Parque Industrial A25, acrescentando que o fará também, através de ofício dirigido ao município. Verifica a execução das infraestruturas elétricas de média tensão da referida obra, questionando, qual o ponto de situação relativamente ao saneamento. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento ao Senhor Deputado António Faria da resposta da Águas de Lisboa e Vale

do Tejo, relativamente ao reservatório do Carril, entregando para o efeito, cópia do ofício.-----

-----De acordo com o disposto no n.º 7, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** cumprimentou todos os presentes, desejando um Bom Natal e um próspero Ano de 2017. -----

-----De seguida, e em resposta ao Senhor Deputado Joaquim Abreu deu conhecimento de que o Dr. José Albano, Chefe de Gabinete, desempenha várias funções, entre elas assegurar a representação do Presidente e Município, nos atos que este determinar, bem como assegurar o desenvolvimento das relações institucionais com os órgãos e estruturas do poder central, regional e local e outras entidades públicas e privadas. -----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado António Faria deu conhecimento de que o Regulamento do Parque Industrial A25 já se encontra elaborado, tendo sido solicitado em reunião de câmara a apresentação de contributos, para que possa ser submetido a discussão pública e posteriormente, aprovado pela assembleia municipal. A parte elétrica encontra-se concluída, bem como o saneamento, com exceção da fossa. -----

-----No uso da palavra, a Senhora **Deputada Silvina Santos** disse verificar uma alteração na composição do Executivo Municipal, pelo que, dirigiu umas palavras de apreço ao Senhor Vereador Luís Carlos, desejando felicidades nas suas novas funções. -----

-----A Senhora **Deputada Isabel Flor** desejou um Bom Natal a todos os presentes. Saudou o Senhor Vereador Luís Carlos pelas novas funções neste órgão. -----

-----Fazendo referência ao escultor Carlos Correia, autor da escultura “O Livro”, colocada junto ao edifício da Biblioteca Municipal, pretendeu saber o porquê da réplica artística do hidroavião, ser monumento em São Brás de Alportel, uma vez que estava prevista para o concelho de Celorico da Beira. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** começou por dar conhecimento de que havia conhecido este escultor por mero acaso, em Castro Marim. Encetou esforços no sentido de o contactar, uma vez que havia surgido a ideia de construir a réplica do hidroavião de Gago Coutinho, e ser exposta no concelho de Celorico da Beira. Foi acordado um valor e contemplado em orçamento. Contudo, o valor inicialmente acordado foi-se alterando ao longo do tempo, e a autarquia não tinha capacidade financeira para esse montante. Será uma peça de arte pública, a colocar em São Brás de Alportel, e não no concelho de Celorico da Beira, uma vez que o município, não tem disponibilidade financeira para a sua aquisição, apesar do projeto ter surgido com uma encomenda da Câmara Municipal de Celorico da Beira. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia propôs que fosse incluído na Ordem de Trabalhos o seguinte ponto: -----

-----**NOVO ACORDO DE PAGAMENTO – ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO.**-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a inclusão do ponto “Novo Acordo de Pagamento – Águas de Lisboa e Vale do Tejo”, na ordem de trabalhos.**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA DO DIA 30/09/2016**-----

-----Foi presente a ata n.º 4, referente à sessão ordinária do dia 30/09/2016, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e não havendo alterações a efetuar, foi a mesma aprovada, por maioria, com 3 abstenções, por não terem estado presentes na referida sessão.**-----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----**FALTAS INJUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 30/09/2016**

-----Ana Isabel Lopes Correia;-----

-----Manuel Matos Torres. -----

-----**EXPEDIENTE**-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar.-----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, documento cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o documento distribuído continha toda a informação sobre a atividade municipal, desde a última Assembleia Municipal, pelo que, se colocava à disposição dos Senhores Deputados caso pretendessem algum esclarecimento. -----

-----Deu conhecimento de que a Dr.ª Maria do Céu Louro havia solicitado renúncia ao seu mandato de Vereadora, através de ofício, datado de 24/10/2016, tendo sido substituída pelo Senhor Vereador Luís Carlos.-----

-----Informou, que havia sido enviado um ofício para o FAM, referindo que o município de Celorico da Beira já não se encontra em situação de rutura financeira, pelo que já não se encontra em situação de adesão obrigatória ao procedimento de recuperação financeira, ao abrigo do Fundo de Apoio Municipal (FAM), estando apenas obrigado a aderir ao mecanismo de saneamento financeiro. Nessa sequência, solicitaram à Direção Executiva do FAM, a suspensão do recurso do município de Celorico da Beira ao FAM.- -----

-----Referiu-se à proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2017, a qual foi objeto de análise pela ANMP, que pretende que o IVA da iluminação pública e dos transportes escolares seja reduzido para a taxa mínima, ou seja, dos atuais 23% para os 6%. O OE 2017 repõe a autonomia municipal no que se refere à criação e provimento de cargos intermédios e de chefias de divisão, mas não em relação aos diretores municipais e de departamento, o que segundo a ANMP, não salvaguarda a autonomia municipal a nível da organização de serviços. Referem ainda, que há um aumento global de 2,9% das transferências da administração central para as câmaras e para as entidades intermunicipais, que representa um acréscimo de cerca de 69 milhões de euros.-----

-----De seguida, disse que a CIM-BSE, quer que o Governo proceda à imediata suspensão da portaria que estabelece o pagamento de taxas relativas ao uso privativo do domínio rodoviário do Estado. A portaria foi publicada em outubro de 2015 e estabelece que as utilizações previstas no

Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, como por exemplo a ocupação ou utilização do solo ou a construção de acessos às estradas, sejam cobrados pela administração rodoviária. Segundo a CIM-BSE, a aplicação desta portaria conduziu a que habitantes e empresas da região estejam a ser confrontados com notificações para pagamento de taxas de elevado montante, com especial incidência nas situações de acesso às estradas. A situação representa um elevado, e inesperado, encargo para particulares e empresas, que muito vem agravar a já débil situação económica da região e concorrer para uma penalização acrescida às dificuldades que já enfrentam todos aqueles que teimam em continuar a viver e a investir nas regiões do Interior. A CIM-BSE sublinha que as taxas em causa não diferenciam positivamente as regiões de baixa densidade e não contribuem para um território Interior mais competitivo e mais sustentável, como se pretende no Programa Nacional para a Coesão Territorial. -----

-----Deu ainda conhecimento de que a empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que tem sede na Guarda, deverá passar a designar-se Águas de Vale do Tejo, uma vez que cerca de 30 municípios da zona de Lisboa vão sair para depois constituírem dois novos sistemas multimunicipais: Águas do Tejo Atlântico e Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal. As restantes autarquias, incluindo as que estavam integradas na ex-Águas do Zêzere e Côa, vão ter de aprovar as novas alterações. -----

-----Referiu-se ao “Natal é em Celorico”, dando conhecimento de que o município de Celorico da Beira está a promover, até ao dia 23, esta iniciativa, que inclui várias atividades que animam a vila nesta quadra natalícia. A programação inclui, entre outras iniciativas, o Escorrega de Gelo, o Natal Luz, a Construção da Casa do Pai Natal, um mega presépio, uma Feira do Livro e outra de artesanato, um concurso de montras, passeios de coche e concertos musicais. -----

-----Disse que a Federação das Associações Juvenis do Distrito da Guarda, realizou nos dias 2 e 3 de dezembro, em Celorico da Beira, o 20º Encontro Distrital de Associações Juvenis, endereçando uma palavra de apreço ao Professor Armando Neves, Diretor Executivo da Federação. O programa deu particular atenção às questões ligadas à ciência das próximas décadas, num painel intitulado "Ciência, riscos e oportunidades em tempos de mudança", que contou com a presença do cientista, investigador e atual presidente da Assembleia Municipal da Guarda, Fernando Carvalho Rodrigues. Este encontro proporcionou inúmeros momentos de partilha, convívio e troca de experiências, contando com representantes das Federações Regionais, tendo estado presentes nestes dois dias, cerca de duas centenas de participantes, que tiveram oportunidade de descobrir o património, cultura e gastronomia do concelho de Celorico da Beira, bem como contribuir para o seu desenvolvimento económico. -----

-----Deu ainda conhecimento do aviso de candidatura ao PDR2020, "Regadios Tradicionais", em que a submissão de candidaturas é efetuada entre 31/10/2016 e 31/01/2017, ao abrigo do disposto na respetiva Portaria, relativamente à tipologia de operações que visem a reabilitação e modernização de regadios coletivos tradicionais. Mencionou também, as candidaturas às linhas de Apoio Turismo de Portugal, nomeadamente, linha de apoio à disponibilização de redes wi-fi, financiada a 100% e linha de apoio ao turismo acessível, financiada a 90%. No que concerne à candidatura "cadREDES – Cadastro das redes de saneamento e abastecimento de águas e aglomerados urbanos dos municípios AMCB", deu conhecimento de que o investimento total desta candidatura é de 3 161 728,33€, envolvendo 12 municípios. Esta candidatura visa, para o município de Celorico da Beira, a elaboração de cadastro dos sistemas em baixa de abastecimento de água (114,6 Km) e de abastecimento das águas residuais (86,0 Km), bem como a sua integração e gestão numa plataforma SIG.-- -----

-----Relativamente à informação escrita deu conhecimento das reuniões realizadas, destacando: reunião com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente Eng.º Carlos Martins e os municípios de Celorico da Beira, Gouveia, Fornos de Algodres, Seia e Oliveira do Hospital, sobre a análise do sistema em baixa; assinatura do Acordo de Colaboração para a reabilitação da Escola que integra o Pacto Territorial para o Desenvolvimento e Coesão entre o Ministério da Educação e o Município, no qual esteve presente o Diretor do Agrupamento, Professor Manuel Portugal; reunião com o Conselho de Administração das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, para assinatura de acordo de pagamento; reunião com a empresa Copialta, relativa ao contrato para fotocopiadoras nas 7 escolas do 1.º ciclo; reunião na CCDRC, sobre as obras em overbooking; reunião entre os Presidentes do município da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, relativa ao Plano de Ação até 2018; reunião com o Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes, no que diz respeito à requalificação e ampliação do quartel dos bombeiros e reunião com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, relativamente à requalificação do Largo da CP. -----

-----De seguida, deu conhecimento do ponto de situação das candidaturas ao Portugal 2020, nomeadamente as candidaturas contratualizadas no âmbito da CIM-BSE 2014/2020, bem como no POSEUR 2014/2020, documento cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Manuel Portugal. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** no que diz respeito à proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2017, a qual foi objeto de análise pela ANMP, que pretende que o IVA da iluminação pública e dos transportes

escolares seja reduzido para a taxa mínima, ou seja, dos atuais 23% para os 6%, disse concordar com a mesma, atendendo ao carácter social dos serviços de transportes escolares, bem como da iluminação pública, que são funções sociais, sendo que a iluminação inclui aspetos relacionados com a segurança pública, suportadas pelas autarquias, considerando que a taxa de IVA deve ser de 6%.-----

-----No que concerne às taxas relativas ao uso privativo do domínio público rodoviário do Estado, considera que a aplicação de taxas às serventias de passagem e acesso a propriedades agrícolas e a quaisquer estabelecimentos com acesso por estradas nacionais e regionais, revela-se absolutamente injusta, porquanto as propriedades agrícolas e respetivos acessos já lá estavam antes da construção das estradas sobre os caminhos existentes. -----

-----Por fim, congratulou-se com os encarregados de educação, pela participação e acompanhamento escolar dos seus educandos, dando conhecimento que a escola Básica e Secundária Sacadura Cabral, obteve o 4.º lugar, no ranking, a nível Distrital.-----

-----**4. ORÇAMENTO, GOP's E MAPA DE PESSOAL 2017** -----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi posto a discussão para efeitos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2017, documento cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Responsável pela Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares, para fazer a apresentação do orçamento, bem como, prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----O Técnico começou por dizer que a situação financeira do município é delicada, com um montante elevado de dívida, tendo em conta a dimensão do município. Tem-se conseguido liquidar as dívidas recentes a 90 dias, sendo que os fornecedores do concelho estão a receber até 30 dias. À presente data, a dívida total a terceiros de acordo com a Lei das Finanças Locais é cerca de 18.005.041,76€, tendo-se reduzido em cerca de 1.089.331,06€, face a 2015. Em termos de endividamento, à presente data, o município já cumpriu com a redução dos 10% do excesso, conforme obriga a Lei das Finanças Locais, sendo essa redução atualmente de 14,49%.-----

-----Referiu, que a Lei dos Compromissos obriga ao pagamento das dívidas em 90 dias o que ajuda na redução das mesmas, e o controlo dos fundos disponíveis impede a assunção de despesas sem receita prevista. Relativamente à redução dos pagamentos em atraso, os mesmos estão a diminuir, sendo que, e de acordo com dados provisórios, a redução face a setembro de 2015, foi de 9,59%, pelo que, até ao final do ano deverá ser atingido o objetivo de redução dos 10% de pagamentos em atraso, a que obriga a Lei dos Compromissos.-----

-----No que concerne ao orçamento e respetivo plano plurianual de investimentos agora apresentados, disse que apresentam um grande valor de investimentos financiados por fundos comunitários. Esses investimentos resultam de diversas candidaturas apresentadas no âmbito do Portugal 2020. O PPI prevê só para 2017 cerca de três milhões de euros de investimentos cofinanciados, sendo a maior parte dos projetos financiados a 85%.-----

-----Este orçamento tem em consideração a internalização da empresa municipal detida a 100% pelo município, cuja participação está contabilizada pelo valor de 1.216.699,13€. Foram previstas essencialmente as despesas com pessoal a integrar no município, bem como despesas correntes com aquisição de bens e serviços relativas às atividades internalizadas.-----

-----O orçamento para 2017, à semelhança do ano anterior, prevê desde já para além da despesa do ano, as dívidas em atraso que deverão ser cobertas pelo financiamento a obter no âmbito do acesso aos mecanismos de recuperação financeira. Assim, o orçamento engloba a totalidade das dívidas e não apenas a despesa prevista para 2017. No que diz respeito às receitas correntes relativas a impostos, taxas e tarifas, foram calculadas de acordo com o estabelecido no POCAL, que obriga a utilização da média aritmética dos últimos 24 meses anteriores à elaboração do orçamento, bem como também foram previstas algumas receitas resultantes da internalização da EMCEL. As transferências correntes e de capital foram calculadas de acordo com as previsões de transferência de verbas por parte da administração central. Em 2017 dever-se-á realizar uma revisão orçamental para transitar o saldo orçamental de 2016, que constituirá uma eventual receita adicional, mas que só poderá ser tida em consideração após o encerramento das contas de 2016. Os fundos comunitários a receber foram calculados de acordo com as participações a atribuir nas candidaturas que se prevê que sejam aprovadas, no próximo quadro comunitário. -----

-----As rubricas de despesas com pessoal foram dotadas tendo em conta o mapa de pessoal para 2017. Estão também previstas despesas correntes com os diversos eventos a realizar em 2017, com base nas informações fornecidas pelas diversas secções do município. As rubricas de despesas de capital foram dotadas de acordo com informações relativas a obras e projetos a decorrer, bem como de acordo com as obras a que o executivo se propõe realizar entre 2017 e 2020, podendo estas rubricas ser verificadas no PPI, sendo que a grande parte das despesas só serão realizadas se as mesmas forem efetivamente cofinanciadas por fundos comunitários. -----

-----As despesas com empréstimos resultam dos mapas previsionais disponibilizados pelas diversas entidades bancárias, bem como através das negociações com entidades bancárias. Nas despesas de capital estão ainda

incluídos os valores relativos a bens a adquirir e transferências de capital a conceder. As despesas de capital incluem o montante de 64.600€ nos ativos financeiros, relativo à contribuição prevista no município para o Fundo de Apoio Municipal. Tendo em conta a conjuntura económica atual, e à semelhança dos anos anteriores, para 2017 estão previstas diversas ações de carácter social, que visarão o acompanhamento da situação de munícipes em situação económica precária. -----

-----O orçamento da despesa a aprovar para 2017 tem um valor global de 23.091.461€. A nível da receita o valor é também de 23.091.461€, tendo em consideração a necessidade de equilíbrio orçamental, de acordo com o previsto no POCAL. O equilíbrio orçamental de acordo com a nova Lei das Finanças Locais tem ainda em consideração o conceito de amortizações médias de empréstimos, que somadas às despesas correntes deverão ser inferiores às receitas correntes. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Presidente da Câmara** considera tratar-se de um orçamento transparente, de proximidade e de políticas públicas, que incrementam a qualidade de vida da comunidade de modo a tornar o concelho mais atrativo e competitivo. Este orçamento continuará a ter uma política de rigor e transparência. Transparência na gestão e na correta aplicação de dinheiros públicos. Disse ainda, que com as atuais políticas, estão capazes de atrair capitais/investimentos, afixação de pessoas com a criação de emprego, porque investem em áreas cruciais como a zona industrial. Realça como fator positivo, a redução de dívida que coloca Celorico da Beira numa posição confortável e preparada para o quadro comunitário de apoio Portugal 2020, que abrirá novo ciclo de investimentos no concelho. -----

-----Deu conhecimento das áreas de maior investimento, nomeadamente, Educação: Escola Básica de Lageosa do Mondego e Santa Luzia e reconstrução da Escola C+S Sacadura Cabral, que se calcula um valor aproximadamente de 3.500.000,00€; Ambiente: Construção de

infraestruturas de Saneamento nas freguesias (Fossas sépticas, valor aproximado de 430.000,00€; Requalificação Urbana (ARU), valor aproximado de 1.300.000,00€; Eficiência Energética, valor aproximado de 650.000,00€; Modernização Administrativa, valor aproximado de 200.000,00€, entre outros.-----

-----O Senhor **Deputado António Faria** fez alguns comentários relativamente às GOP's, nomeadamente à rubrica Funções Sociais – Largo da Estação de Celorico-Gare, que está dotada com o valor de 1.000€, questionando se esse valor será suficiente. Contudo, espera que o mesmo venha a ser requalificado brevemente.-----

-----De seguida, mencionou a rubrica prevista para o cemitério de Celorico-Gare no valor de 10.000€, questionando se irão proceder à ampliação do cemitério em 2017, bem como, qual o ponto de situação no que diz respeito ao processo de expropriação. Quanto à previsão do valor para a Requalificação do Gimnodesportivo, 31.758€, pretendeu saber a que diz respeito.-----

-----Pela análise ao PPI, verifica uma rubrica dotada com 1.000€, destinada ao Estaleiro Municipal. Questiona, se é pretensão do executivo a execução desta obra.-----

-----Por fim, fez um alerta relativamente às luzes no campo de futebol pelado, uma vez que a iluminação está desajustada.-----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que está em fase de estudo, no gabinete jurídico, uma proposta de protocolo, onde estão definidas as condições, para requalificação do Largo da Estação de Celorico-Gare. Relativamente à ampliação do cemitério de Celorico-Gare disse que é pretensão da autarquia efetuar a obra, contudo e uma vez que estão perante um terreno indiviso, esta situação teria de ser resolvida através de uma expropriação. Perante os constrangimentos que têm surgido, a autarquia está a analisar outras alternativas.-----

-----Deu conhecimento de que o valor previsto na Requalificação do Gimnodesportivo, diz respeito a dívida.-----

-----A Senhora **Deputada Vera Portugal** verifica pela apresentação do documento, que a contribuição para o FAM é um investimento financeiro. Questiona, se o Estado irá continuar a financiar um fundo, para pagamento a fornecedores.-----

-----De seguida, pretendeu saber se os municípios ganham maior autonomia financeira, com recurso ao saneamento.-----

-----No que concerne às taxas aplicadas, que no caso do município de Celorico da Beira são as máximas, questiona e uma vez que já não existe obrigatoriedade de recurso ao FAM, sobre a possibilidade de serem revistas.-----

-----Em resposta, o Técnico disse que as despesas de capital incluem o montante de 64.600€, nos ativos financeiros, relativo à contribuição prevista do município para o Fundo de Apoio Municipal, que é na sua essência um investimento financeiro e é classificado como tal nas despesas.-----

-----Disse ainda, que ao contrário do FAM em que inicialmente era aprovado por uma comissão executiva, a qual poderia impor determinadas condições, no saneamento não existe comissão externa, ou seja, a proposta é elaborada pelo município, sendo enviada para aprovação pela Assembleia Municipal, e posteriormente enviada ao Tribunal de Contas e DGAL, sendo fiscalizado posteriormente pela Assembleia.-----

-----Relativamente às taxas, disse que este ano já não é possível a sua alteração.-----

-----O Senhor **Deputado João Paulo Antunes** começou por cumprimentar todos os presentes. Congratulou-se com a diminuição de endividamento, sendo certo, que por imposição legal.-----

-----Disse que o facto do município de Celorico da Beira já não se encontrar em situação de rutura financeira, pelo que já não se encontra em situação de adesão obrigatória ao procedimento de recuperação financeira, ao abrigo do Fundo de Apoio Municipal (FAM), estando apenas obrigado a aderir ao mecanismo de saneamento financeiro, irá permitir maior autonomia de decisão.-----

-----Relativamente ao documento apresentado, considera que é realista, a despesa é correspondente à receita, situação que também decorre de imposições legais. Verifica a existência de várias rubricas na área da Cultura e do Desporto, e uma vez que o executivo aposta na promoção e divulgação, sugere que as Associações Culturais e Desportivas do concelho, apresentem uma proposta de plano de atividades, incluindo uma planificação para o conjunto de atividades e iniciativas a organizar.-----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Joaquim Abreu** salientou a transferência da adesão obrigatória ao procedimento de recuperação financeira, ao abrigo do Fundo de Apoio Municipal (FAM), para o saneamento financeiro. Relembrou, que inicialmente o município ia recorrer ao reequilíbrio financeiro, situação que foi substituída pelo FAM e agora pelo saneamento. Espera, que não haja mais alterações.-----

-----Perante esta situação, tem dúvidas que alguma entidade bancária financie o município no montante necessário, e aí terão de regressar ao FAM, situação que irá comprometer o futuro do concelho. Tem dúvidas que a saída do FAM seja a melhor opção, apesar do município ter mais liberdade, embora que relativa, esta situação poderá provocar, novamente, um desequilíbrio financeiro.-----

-----Referiu-se ao investimento externo, situação que tem sido referenciada várias vezes, no sentido de que o gráfico da desertificação seja invertido, nomeadamente através do Parque Industrial A25. O orçamento apresentado é idêntico aos anos anteriores, continua a ser um orçamento de gestão e controlado por várias entidades.-----

-----Face ao exposto, o seu sentido de voto será a abstenção. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Manuel Portugal. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** considera que a saída do município de Celorico da Beira do FAM, é uma das maiores obras que o executivo poderia deixar. Considera, que o próximo passo seria o executivo encetar esforços junto da banca no sentido do financiamento. Disse ainda, que um dos grandes dividendos de toda esta situação, é garantir a estabilidade dos funcionários da Empresa Municipal, no processo de internalização. Face a esta situação, é de opinião que este orçamento deveria ser aprovado, por unanimidade.-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** questionou se a internalização dos funcionários da Empresa Municipal estava dependente do FAM.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Manuel Portugal. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** deu conhecimento de que com o recurso ao FAM, o município não tinha autonomia para internalizar todos os funcionários da EMCEL, sendo que essa decisão teria de ser sujeita a Tribunal de Contas. Neste momento, e com a alteração do FAM para o saneamento, a autarquia tem autonomia para internalizar todos os funcionários da Empresa, para os quadros do município. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** considera que o orçamento apresentado é realista. Relativamente à sugestão do Senhor Deputado João Paulo Antunes de que as Associações Culturais e Desportivas do concelho, apresentem uma proposta de plano de atividades, deu

conhecimento de que esse trabalho já é efetuado, sendo que nem todas as associações respondem.-----

-----Relativamente aos pressupostos para o saneamento financeiro, bem como o conteúdo dos respetivos planos e regras de acompanhamento, referem que devem os municípios contrair empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros, sendo a adesão dos mesmos, facultativa ou obrigatória, consoante o nível de desequilíbrio financeiro verificado a 31 de dezembro de cada ano. Os pedidos dos municípios que pretendam contrair empréstimos para saneamento, devem ser instruídos com um estudo fundamentado sobre a situação financeira da autarquia e um plano de saneamento para o período a que respeita o empréstimo. -----

-----No uso da palavra, a Senhora **Deputada Silvina Santos** endereçou os parabéns ao responsável pela elaboração do orçamento e congratulou-se com o investimento previsto para a área da Educação. No entanto, e à semelhança de orçamentos anteriores, o seu sentido de voto será a abstenção. -----

-----**Submetidos a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 7 abstenções, aprovar o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2017.** -----

-----**5. PROPOSTA DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO GEOPARK ESTRELA**-----

-----Foi presente proposta, aprovada em reunião de executivo do dia 16/11/2016, relativamente ao assunto identificado em epígrafe, documento cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dar conhecimento de que esta proposta diz respeito a um projeto apresentado pelo Instituto Politécnico da Guarda, que visa a criação do Geopark Estrela e, conseqüente, candidatura à Rede Global da UNESCO, que será feito com a colaboração dos municípios de Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Oliveira do Hospital e Seia. - -----

-----Referiu que um Geoparque é um território bem delimitado, com um excelente património geológico que aliado a uma estratégia de desenvolvimento sustentável irá permitir o desenvolvimento em termos de turismo, educação ambiental e criação de novas oportunidades de emprego. -----

-----Em Portugal existem quatro geoparques e segundo os promotores do projeto, a Serra da Estrela reúne todas as condições de criação de uma proposta desta natureza, que permitirá criar uma marca com potencial turístico, patrimonial e cultural. -----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** congratulou-se com a apresentação da candidatura para criação do Geopark Estrela, que terá de ser encarada como um investimento, e não como uma despesa. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresenta pela Câmara Municipal.**-----

-----**6. RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO – 1.º SEMESTRE 2016**-----

-----Foi presente para conhecimento Relatório do Auditor Externo sobre a informação financeira do 1.º Semestre de 2016, acompanhado das demonstrações financeiras, documento cuja cópia se anexa a esta ata (**6**), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o relatório apresentado reporta ao período de 6 meses findo em 30 de junho de 2016, incluindo os mapas de execução orçamental que evidenciam um total de 4.163.442,18€, de despesa paga e um total de 4.476.317,06€, de receita cobrada. O balanço evidencia um total de ativo líquido de 48.365.977,88€ e um total de fundos próprios de 14.991.498,71€, incluindo um resultado líquido de 591.923.97€.

-----Disse ainda, que a rubrica de custos com o pessoal, regista um acréscimo de 187.343,09€, ou seja, mais 11,13%, face ao verificado em junho de 2015, situação que se relaciona diretamente com a reposição de vencimentos e subsídios à Administração Pública, bem como, os encargos com a integração do pessoal da Empresa Municipal.

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** esclareceu que a sua bancada, sempre defendeu a integração de todos os funcionários da Empresa Municipal.

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador José Luís Cabral.

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que o executivo sempre defendeu os postos de trabalho dos funcionários da EMCEL, bem como a sua integração.

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

-----**7. NOVO ACORDO DE PAGAMENTO – ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO**

-----Foi presente informação, aprovada em reunião de executivo do dia 15/12/2016, relativamente ao assunto identificado em epígrafe, documento

cujas cópias se anexa a esta ata (7), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dar conhecimento de que este novo acordo, resulta do facto de o município ter efetuado, no âmbito do Plano de Ação e Reabilitação das Fossas Municipais, um investimento que abrangia a maioria das fossas do concelho, através de uma candidatura ao POSEUR. No entanto, para este investimento ser aprovado, teria que previamente ser aprovada uma candidatura elaborada pela AMCB, para todos os municípios relativamente ao levantamento do cadastro das redes de saneamento e abastecimento de águas, sendo que para aprovação desta candidatura, com um investimento de 4ME para todos os municípios, era exigida a emissão de uma declaração de não dívida às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que caso não fosse apresentada, colocaria em risco a candidatura de todos os municípios da AMCB. Esta declaração não foi emitida e apresentada aquando da submissão da candidatura, tendo o município reiterado o pedido. Na sequência deste pedido, foi exigido que o município celebrasse com as Águas de Lisboa e Vale do Tejo um acordo de transação para pagamento da dívida em atraso, uma vez que a dívida atual, é paga mensalmente. Referiu ainda, que não estaria em condições de cumprir com este acordo, devido à situação financeira do município.-----

-----Disse ainda, que o acordo de transação com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., foi negociado, por não concordar com algumas das cláusulas. Diz respeito a uma dívida de 287.570,79€, relativa aos serviços prestados de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais, constantes de uma sentença judicial, assim como dos respetivos juros de mora, calculados à taxa de juro aplicável às dívidas comerciais, desde a data de vencimento de cada um daqueles documentos, que totalizam a 26 de setembro de 2016 a quantia de 88.357,39€.-----

-----**A Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração do novo acordo de pagamento com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, no âmbito do processo 310/14.0 BECTB.**-----

-----Usou da palavra, o Senhor **Deputado Joaquim Abreu** para desejar em nome da bancada do PSD, Bom Natal e um Próspero Ano Novo. -----

-----O Senhor **Deputado José Albano** considera que a Assembleia Municipal é um órgão de debate político, onde os representantes das várias forças partidárias expressam as suas opiniões, no âmbito da gestão autárquica partilhada. -----

-----Congratulou-se pela não obrigatoriedade de recurso ao FAM, sinal evidente do trabalho que tem sido realizado pelo executivo, nomeadamente pelo Senhor Presidente da Câmara, a quem endereçou os parabéns.-----

-----Dirigiu umas palavras de apreço à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, pela forma como tem conduzido os trabalhos, bem como as sessões deste órgão. Destacou o trabalho dos funcionários do município, nomeadamente da secção de apoio aos órgãos municipais, pela dedicação e empenho demonstrado.-----

-----Referiu-se à postura demonstrada neste órgão pelos membros da bancada do PSD, que apesar de eleitos por forças partidárias distintas, é comum, ou seja, o desenvolvimento do concelho de Celorico da Beira. -----

-----No que concerne à bancada do PS, evidenciou a demonstração de apoio, quer aos elementos que compõem a bancada, quer ao executivo municipal, demonstrada ao longo dos tempos. -----

-----Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Joaquim Abreu no que se refere às funções do Chefe de Gabinete, disse que tal como já havia sido referido pelo Senhor Presidente da Câmara, o mesmo desempenha várias funções, entre elas assegurar a representação do Presidente e Município, nos atos que este determinar, bem como

assegurar o desenvolvimento das relações institucionais com os órgãos e estruturas do poder central, regional e local e outras entidades públicas e privadas. Acrescentou ainda, estar sempre presente em todas as iniciativas realizadas no concelho, quer como Chefe de Gabinete, quer como Deputado, ou mesmo enquanto cidadão deste concelho. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a todos os Senhores Deputados o trabalho desenvolvido na Assembleia Municipal, onde os assuntos relevantes do concelho, têm sido discutidos pelas duas bancadas, PS e PSD, como maior elevação e respeito uns pelos outros, em democracia plena, tendo sempre em vista o desenvolvimento e progresso do concelho. Agradeceu ainda, ao executivo municipal, nomeadamente ao Senhor Presidente da Câmara, pelo trabalho que tem desenvolvido no município, muitas vezes até com o sacrifício a sua vida pessoal e da sua saúde. Deixou também uma palavra de agradecimento à Senhora Dr.ª Sónia Fernandes e demais funcionários da Secção de Apoio aos Órgãos Municipais, pelo trabalho e apoio que lhe têm dado. Terminou, com um bem-haja a todos e mais uma vez desejou boas festas e um feliz 2017. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da

Assembleia, eram 13:30h, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----

